

comunICA, UFC!

Pesquisar:

- ComunICA
- Notícias
- Galeria de fotos
- Vídeos
- Blogs
- Trabalhos Acadêmicos
- Calendário de eventos
- Expediente
- Fale Conosco
- Crônicas



[ComunICA, UFC!](#) » Ministério Público garante direito indisponível

Ministério Público garante direito indisponível

2009-12-14 12:31

Adolescente com doença neurodegenerativa rara tem acesso a tratamento médico após ação do Ministério Público Federal.

Contato

ComunICA, UFC!

 jornalismo@ufc.br
rnet@gmail.com



Novidades

2009-12-14 12:31

[Ministério Público garante direito indisponível](#)

Adolescente com doença neurodegenerativa rara



Foto: Chico Gomes

Por Arilo Assunção

Concluído

Internet | Modo Protegido: Ativado

100%

Ministério Público garante direito indisponível :: comunica, UFC! - Windows Internet Explorer

http://comunic-a-ufc.webnode.com/news/ministerio-publico-garante-direito-indisponivel/

Arquivo Editar Exibir Favoritos Ferramentas Ajuda

Convert Select

Windows Live Bing

Novidades Perfil Email Fotos Calendário MSN Compartilhar

Favoritos Clarendon Download Baix... Sites Sugeridos Obtenha mais comple...

Ministério Público garante direito indisponível :: ...

tem acesso a tratamento médico após ação do Ministério Público Federal. Foto: Chico Gomes Por Arilo Assunção Aos quinze anos de idade, Valéria* apresentou os primeiros sintomas de uma doença improvável. Movimentos involuntários,...

2009-12-14 12:04

Entenda o Ministério Público

Foto: Claudio Landim Por Arilo Assunção A Carta Magna de 1988 apresenta, no seu artigo 127, uma definição geral do Ministério Público, apresentando-o como "instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático...

2009-12-10 11:35

Conselho Nacional do Ministério Público

Por Arilo Assunção No ano de 2004, a Emenda Constitucional nº 45 instituiu a criação do Conselho Nacional do Ministério Público. Composto por quatorze membros, entre o Procurador Geral da República, membros do Ministério Público da União, do Estado, juizes, advogados e juristas, o CNMP...

2009-11-05 09:18

Aos quinze anos de idade, Valéria* apresentou os primeiros sintomas de uma doença improvável. Movimentos involuntários, dificuldades com o andar, mudanças na fala e ocasional dificuldade de deglutição dos alimentos a levaram a diversos exames em laboratórios e clínicas para tentar um diagnóstico preciso. O resultado conclusivo sobre a enfermidade de Valéria, porém, só viria três anos depois, quando um laudo médico apontou que ela sofria da Doença de Niemann - Pick tipo "C", uma doença neurodegenerativa rara que ocasiona depósito de lipídios, acarretando na diminuição da sobrevida dos pacientes acometidos.

Como se não fosse bastante, o único tratamento eficaz, capaz de possibilitar um aumento de expectativa e qualidade de vida dos pacientes, é realizado com o uso do medicamento Zavesca, que não é comercializado no Brasil. A dosagem mensal prescrita para Valéria custa aproximadamente 8 mil dólares. Começava aí a peregrinação dos pais da adolescente para conseguir o medicamento indicado. Na condição de professores universitários, sem contar com maiores recursos para adquirirem o remédio, resolveram acionar o Estado do Ceará, através da Secretaria de Saúde. No entanto, a negativa veio sob forma de dois argumentos: um de que o preço do medicamento é muito alto e o outro de que ele não é reconhecido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Foi quando o pai, Jairo* , recorreu ao Ministério Público Federal.

"Eu não sabia que qualquer cidadão poderia representar junto ao Ministério Público, mas fui aconselhado por amigos advogados a fazer.", conta Jairo. O procedimento foi relativamente simples. Jairo enviou uma solicitação de encaminhamento e, dias depois, foi recebido pelos procuradores. "O cidadão pode fazer sua queixa, sua representação. Nós abrimos um Procedimento Administrativo e desenvolvemos uma investigação para apurar aqueles fatos, colhendo todo material probatório para analisar o que deve ser feito no caso.", explica a procuradora da República, Nilce Cunha Rodrigues.

Dentre as proposições compatíveis ao Ministério Público Federal, a partir de denúncias, estão a Ação Judicial, o Termo de Ajustamento de Conduta (quando as partes se comprometem, diante dos procuradores da República, a cumprir condicionantes para resolver os problemas que estão causando), as recomendações às instituições públicas, ou mesmo arquivar a denúncia quando ela se mostrar infundada ou sem relevância. No caso da denúncia ser de competência de outro órgão, o Ministério Público Federal pode, ainda, encaminhar à instituição responsável para que ela tome as providências devidas.

No episódio envolvendo Valéria, o MPF entrou com uma Ação Civil Pública, instrumento jurídico destinado a proteger interesses difusos e coletivos, responsabilizando quem comete danos contra tais interesses. Os réus da ação foram o Município, o Estado e a União, que, segundo a Constituição Federal, dividem a responsabilidade pela promoção do Sistema de Saúde Pública.

Concluído

Internet | Modo Protegido: Ativado

Caixa de Entrada - ... CorelDRAW X4 - [FI... Feliz o homem que ... Corel PHOTO-PAIN... Ministério Público g...

16:25

Ministério Público garante direito indisponível :: comunICA, UFC! - Windows Internet Explorer

http://comunica-ufc.webnode.com/news/ministerio-publico-garante-direito-indisponivel/

Arquivo Editar Exibir Favoritos Ferramentas Ajuda

Convert Select

Windows Live Bing Novidades Perfil Email Fotos Calendário MSN Compartilhar Entrar

Favoritos Clarendon Download Baix... Sites Sugeridos Obtenha mais comple...

Ministério Público garante direito indisponível :: ...

2009-11-03 09:55

Transporte para todos

Por Arilo Assunção A despeito de muitas dificuldades como a superlotação das principais linhas de ônibus da cidade, eventuais atrasos e até mesmo um tratamento, no mínimo, inadequado de uma parcela dos motoristas que, pressionados pelo tempo, muitas vezes parecem esquecer que estão...

2009-11-03 09:55

Copa do Mundo em debate

Louiseanne Lima Muito se diz por aí sobre a paixão do brasileiro pelo futebol. Mas em 2014, quando o maior evento de futebol do mundo acontecerá no Brasil, a palavra que mais combinará com o futebol será "oportunidade". O crescimento da oferta de empregos será uma das maiores contribuições...

2009-10-28 12:06

Falta pontualidade no "Bem na Hora"

Victor Ximenes e Diego Borges Para reconhecer a precariedade do transporte público de Fortaleza, basta pegar algum ônibus das linhas que passam por lugares de maior fluxo. Aperto, incômodo, calor. Transportar-se ao lugar necessário torna-se mais estressante do que a própria...

União, que, segundo a Constituição Federal, dividem a responsabilidade pela promoção do Sistema de Saúde Público.

No entendimento do MPF, o caso envolve a defesa de um direito individual indisponível, ou seja, essencial ao cidadão, como é o direito à saúde, o que está respaldado na Constituição - a qual incumbe ao MPF, entre outras funções, a defesa desse direito.

Compreensão diferente, entretanto, teve a Justiça Federal na primeira instância que extinguiu a ação, afirmando que o MPF não tinha competência para promover Ação Civil Pública, pois se tratava de um pedido referente a uma única pessoa, maior de dezoito anos, que deveria acionar um advogado particular ou recorrer à Defensoria Pública, se não pudesse pagar o advogado.

"Nós recorremos dessa decisão porque o Ministério Público é parte legítima para pleitear todo e qualquer direito individual, desde que ele seja indisponível, como nos casos que envolvem a saúde e a vida.", conta Nilce Rodrigues. Ela explica que a atuação do Ministério Público abrange o coletivo, a sociedade, para defender um número indeterminado de pessoas cujos direitos individuais devem ser buscados, através dos advogados, à exceção dos direitos individuais indisponíveis. "O Ministério Público tem por finalidade defender um número indeterminado de pessoas, até a sociedade inteira, dependendo do caso e não os direitos individuais, pois aí compete a um advogado ou defensor público. Mas, quando se trata de um direito individual indisponível, nós temos legitimidade para atuar e isso já é algo reconhecido."

O Tribunal Regional Federal (TRF) da 5ª Região, onde são julgados os processos originados no Ceará, em segunda instância, acolheu os argumentos do MPF, reformou a primeira decisão judicial e concedeu a Tutela Antecipada, obrigando os réus a fornecerem imediatamente os remédios pedidos na Ação Civil Pública. No dia 25 de setembro, foi a vez do Supremo Tribunal Federal (STF) deferir o pedido do Ministério Público, obrigando Estado, União e Município a fornecer o tratamento indicado para a doença de Valéria.

Aliviado com a decisão final no Supremo, Jairo comentou a atuação do Ministério Público Federal no caso envolvendo sua filha: "O Ministério Público agiu com muita competência e consciência. No momento em que eles entenderam que se tratava de um direito individual indisponível, o direito à saúde, eles tomaram a iniciativa de acionar a Justiça e, inclusive, recorrer ao Tribunal Regional Federal, quando o juiz da primeira instância quis extinguir o processo."

Serviço

Concluído

Internet | Modo Protegido: Ativado

100%

Caba de Entrada - CorelDRAW X4 - [Fi... Feliz o homem que ... Corel PHOTO-PAIN... Ministério Público g...

16:26

Ministério Público garante direito indisponível :: COMUNICA, UFC! - Windows Internet Explorer

http://comunica-ufc.webnode.com/news/ministerio-publico-garante-direito-indisponivel/

Arquivo Editar Exibir Favoritos Ferramentas Ajuda

Convert Select

Windows Live Bing Novidades Perfil Email Fotos Calendário MSN Compartilhar Entrar

Favoritos Clarendon Download Baix... Sites Sugeridos Obtenha mais comple...

Ministério Público garante direito indisponível :: ...

Página Segurança Ferramentas

necessário torna-se mais estressante do que a própria...

2009-10-26 20:13

[Entrevista com Calina Barros, Diretora Técnica da Etufor](#)

Por Marcos Mendonça
ComUNICA, UFC!: Como a ETUFOR desolve seu trabalho? Calina Barros: Realizando o gerenciamento, fiscalização, planejamento de rotas e quadros de horários do transporte coletivo. A Etufor também atua no cadastramento dos modos de transporte existentes - ônibus,...

Serviço

Você pode denunciar ao Ministério Público Federal pela internet, através do site www.prce.mpf.gov.br, ou pelo telefone (85) 3266-7300. A sede do MPF no Ceará fica na Rua João Brígido, 1260 - Joaquim Távora.

* Os nomes foram trocados a pedido da família.

[Entenda o Ministério Público](#)

[Conselho Nacional do Ministério Público](#)

Palavras-chave: [Ministério Público](#)

BOOKMARK